

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA CONSTRUÇÃO COLABORATIVA NA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NO RECIFE-PE

Ana Márcia de Sousa (1)
Manoelina Xavier Cavalcante (2)
Josefa Alexandrina Medeiros de Oliveira Machado (3)
Orientador José de Lima Albuquerque(4)

(1) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância. anitasdasilva@gmail.com (2) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância. manoelinacavalcante@yahoo.com.br. (3) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância. Alexandrina0820@gmail.com. (4) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância. Limalb53@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como foco de estudo o tema educação integral, sob a perspectiva de implantação das Escolas Municipais Integrais do Recife, PE, buscando perceber sua concepção pedagógica e o nível de entendimento dos atores que nelas atuam. Para tal buscou-se amparo numa fundamentação teórica lastreada nos seguintes autores: Dutra (2014), Moll (2012), Cavaliere (2007, 2010), Teixeira (1967), Ribeiro (2009), dentre outros..

Nesta pesquisa o foco do estudo foram as escolas públicas municipais do Recife. Tais espaços através de seus educadores têm o papel principal de promover a instrução escolar e epistêmica, como também, promover a formação cidadã dos educandos com processos integradores da comunidade e do meio social. Isto leva à percepção dos tempos escolares e da necessidade da ampliação destes tempos para atender tamanha responsabilidade social de promoção da formação plena do ser contemporâneo.

A implantação das Escolas Municipais integrais do Recife, apesar de ser meta do primeiro Plano Nacional de Educação (2001), também perpassou por um compromisso político em nível municipal da atual administração do Recife, cujo compromisso seria o de transformar todas as 36 escolas que atendem aos anos finais (6º ao 9º ano do fundamental) em escolas integrais. O processo de escolas integrais em Pernambuco teve início em 2004, como um projeto piloto do Governo do Estado em parceria público- privada, com o Ginásio Pernambucano por este ter apresentado êxito contínuo na elevação gradativa dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O município do Recife só iniciou a implantação das Escolas Municipais de Tempo Integral – EMTI, em fevereiro de 2014, com a instalação de cinco Escolas Municipais de Tempo Integral, que foram regulamentadas através do Decreto 27.717 de 03/02/14 e Portaria 823 de 16/04/14. Este Decreto em sua regulamentação, junto com a Portaria 823, no Art. 4º, inciso V, define a replicabilidade como “aplicação das inovações em outras escolas da rede e aumento do número de escolas no Programa Municipal de Educação Integral”. Resultados estes que não foram atingidos em 2015 e 2016. Mesmo tendo sido meta estabelecida pelo governo municipal em 2013, converter as 36 escolas de anos finais, em escolas integrais.

No princípio da implantação destas EMTI buscou-se a parceria com a ONG Instituto de Corresponsabilidade com a Educação - ICE, que assessorou o Estado na implantação do Ginásio Pernambucano e das primeiras unidades de Escolas integrais do Estado. Contudo, esta parceria não foi à frente, entretanto gerou as primeiras formações destas unidades escolares e primeiras orientações e monitoramentos das cinco EMTI.

A escola de tempo integral não pode ser vista de forma simplória como um Programa educacional que se implanta para cumprimento legal do Plano Nacional de Educação - PNE. Ela vem ao longo do percurso histórico brasileiro, com o entendimento de que a educação epistêmica dialoga diretamente com a formação do ser, apresentada por Faure (1973), e difundida sabiamente pelos militantes educacionais. O movimento de ampliar o processo de ensino-aprendizagem educacional, que contemple os pilares da educação plena do ser teve amparo legal desde os primeiros passos para elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em 1947, perpassando pelos movimentos de legalização ocorrida na história brasileira, até o último Plano Nacional de Educação PNE (2014), com validade de 10 anos, aprovado em 2014, o qual contribuiu para os desdobramentos do processo de implantação e ampliação do atendimento de escolas em tempo integral pelo Brasil, com apoio do Governo Federal.

Dessa perspectiva, esta pesquisa se propôs a estudar quais percepções metodológicas os professores revelam sobre a concepção pedagógica implantada para as Escolas Municipais de Tempo Integrais da Rede Municipal de Educação do Recife.

Buscou-se uma concepção idealizadora para estes questionamentos em Teixeira, ao ser mencionado por Cavalieri (2010) que na sua jornada de militante educacional nos apontou quatro

motivos transcendentais para que a educação pública precise refletir sobre a ampliação na sua área de abrangência educacional, quando nos diz:

Anísio Teixeira resumiu a realidade existente e justificou as mudanças necessárias a uma nova escola nos quatro itens que se segue: (a) porque as transformações são tão aceleradas que as instituições mais naturais de educação – a família e a própria sociedade – não têm elementos para servir à situação nova, tornando-se preciso que a escola amplie as suas responsabilidades, assumindo função para as quais bastavam, em outros tempos, a família e a sociedade mesmas, (b) porque o novo critério social de democracia exige que todos se habilitem não somente para os deveres de sua tarefa econômica, como para participar da vida coletiva, em todos os sentidos, devendo cada homem ter possibilidades para vir a ser um cidadão com plenos direitos da sociedade, (c) porque a ciência, invadindo o domínio da educação, criou a necessidade de reconstrução dos velhos processos de ensino e de ajustamentos de novos materiais de instrução, (d) porque uma concepção nova esclareceu que educação não é simplesmente preparação para a vida, mas a própria vida em permanente desenvolvimento, de sorte que a escola deve-se transformar em um lugar onde se vive e não apenas se prepara para viver (Teixeira, 1997, p 89- apud Cavaliere, 2010, p253-254).

Pensar em estratégias para compor esta diversidade de ideias e responsabilidades sociais e políticas para garantir uma formação educacional de qualidade que venha também a corrigir disparidades sociais históricas, promovidas pelos modelos das escolas, ora vigentes, é o que movimenta o debate da ampliação da jornada escolar nos âmbitos sociais e políticos. Conforme nos aponta Darcy Ribeiro (2009), ao tratar das escolas públicas do Brasil:

Efetivamente temos uma escola pública essencialmente desonesta porque se ajusta de fato a minoria de seus alunos. Aqueles, oriundos das classes médias, que têm casa para estudar e, nesta casa, quem estude com eles. Exatamente os que, a rigor, nem precisam da escola para ingressar no mundo letrado. Em consequência, repele e hostiliza o aluno-massa, que dá por imaturo ou incapaz [...] (Ribeiro, 2009, p.184).

A educação integral só será factível se fundamentada neste princípio, visualizando a concepção trilhada no percurso histórico no Brasil. Conforme posto por Kenski (2012) ao tratar da Modalidade à distância, aqui também se aplica para descrever o que visionaram na história de construção da integralidade educacional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Para a coleta de dados fez-se uso de questionários e entrevistas e utilizou-se do procedimento metodológico de coleta de dados conhecido por grupo focal para as entrevistas. Trata-se também de um estudo de caso onde o foco do estudo foram as seis escolas integrais da Rede Municipal de Ensino do Recife. Os sujeitos foram constituídos pelos professores atuantes das Escolas Municipais de Tempo Integral do Recife, EMTI. O grupo focal foi constituído por sete docentes atuantes nas EMTI da RMER. Os questionários foram aplicados para um dos gestores escolares, o coordenador pedagógico e o professor que atua também como coordenador de área, para cada uma das escolas pesquisadas, além dos 127 professores que atuam nas escolas, obtendo um retorno de 29 respondentes. O período de coleta de dados foi de maio a junho de 2017. Assim, para os questionários utilizamos a presença dos professores das seis EMTI da RMER. Para as entrevistas de grupo focal, os atores entrevistados foram estratificados do questionário aplicado previamente, onde foram convidados um professor por escola. Mas, para adequação de nosso grupo focal uma das escolas contou com a participação de dois professores, perfazendo assim um total de sete entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público alvo da pesquisa foi composto pelos 127 professores que compõem as 6 EMTI. Destes, ao aplicarmos os questionários, tivemos 29 respondentes. Este número corresponde a 22,83% do grupo total. Apesar de termos enviado questionários impressos para todas as Escolas Municipais de Tempo Integral, nem todos os profissionais destas Unidades Escolares se propuseram a responder. Desta forma tivemos apenas uma escola que nenhum profissional se propôs a responder os questionários.

Assim tivemos professores das diversas áreas de conhecimento, sendo distribuídos nos seguintes componentes curriculares: 6 de Língua Portuguesa, 8 de matemática, 3 de história, 4 de geografia, 4 de ciências, 3 de artes e 1 de educação física.



Com relação ao tempo de atuação, destes profissionais na Rede Municipal de Ensino do Recife, tivemos os seguintes resultados: 11 tem menos de 5 anos, corresponde a 38%; 8 tem de 5 à 10 anos, corresponde a 28%; 9 tem mais de 10 anos, corresponde a 31%; 1 não respondeu este item, corresponde a 3%. Com relação a quantos docentes receberam a formação inicial, tivemos que, 7 professores atuam há menos de 1 ano, 8 professores atuam de 1 à 2 anos, 14 professores atuam de 3 à 4 anos.

Com relação ao grau de conhecimento sobre o tema, os professores se apresentam mais uma vez no nível de 51,72% como regular, se somado aos que apresentam nível baixo de conhecimento, que foi de 24,14%, temos um total 75,86% que declararam atuar, mas não ter conhecimento do processo histórico e político que nos levou ao movimento atual de ampliação do tempo escolar. 57% dos respondentes consideram o seu grau de apropriação do modelo pedagógico da Escola integral como regular. Apenas 4% dos respondentes consideram muito bom. A esse respeito, Pegorer (2014), afirma: “Se entendermos que a verdadeira educação produz cidadania, entenderemos que ela tem que ser integral. E se a cidadania consiste em proporcionar ou resgatar o direito de andar com as próprias pernas e de cabeça levantada, não será difícil chegar ao entendimento de que a educação integral garante aos educandos, essencialmente, a liberdade e a dignidade”. Apesar disso, 41,3% dos pesquisados consideram adequada a formação sobre escola integral ofertada pela secretaria de educação do Recife. 62% consideram que as práticas pedagógicas da escola integral atendem às rotinas didáticas escolares. Entretanto 86% dos pesquisados consideram necessitar de uma formação mais abrangente em relação ao tema escola integral. Apenas 58% concordariam em participar em um curso na modalidade de ead sobre o tema EI. Entre os respondentes, 58,63% nunca participaram um curso na modalidade de EAD. Para os professores, a EAD nos aponta uma modalidade de ensino- aprendizagem que pode vir como forma de socializar experiências entre o grupo de professores, gestores e coordenadores das EMTI. Como também viabilizar a possibilidade de trabalhar temas específicos.

CONCLUSÕES

Conclui-se que os professores acreditam na proposta de implantação das escolas integrais como sendo o caminho para melhoria educacional dos estudantes e também na correção das distorções sociais, através da força da educação escolar. Foi possível perceber que a grande maioria dos professores tem dedicação exclusiva a RMER, o que devia vir a fortalecer as escolas integrais.

Percebe-se que os professores buscam uma formação continuada em suas áreas de atuação, elevando a formação, onde a maioria tem pós-graduação e acreditam que a educação a distância pode contribuir neste sentido. Os professores não passaram por nenhum tipo de seleção, ou mesmo de programa de adesão para atuar nas EMTI. E nas declarações, percebemos que alguns foram para estes espaços de forma impositiva, o que não dá pertencimento e sensibilização necessária para atuação neste modelo escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALIERE, Ana Maria Villela, Anísio Teixeira e a educação integral – Paidéia. Maio-ago, 2010, vol20, nº46, 249-259.

CAVALIERE, Ana Maria Villela, Tempo da escola e qualidade na educação pública. Educação e sociedade, campinas SP, vol.28, n.100 – Especial, P. 1015-1035, out.2007

DUTRA, Paulo F. V. Educação integral no estado de Pernambuco: uma política pública para o ensino médio. Editora: UFPE, Recife, 2014.

FAURE, Edgar. Aprender a ser: a educação do futuro. Unesco – Organização das Nações Unidas, Alianza Editorial, 1973.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias O novo ritmo da informação. Papyrus, SP, 2012.

MOLL, J. (et. Al.). Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos. Penso. Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, Darcy. Testemunho. Fundação Darcy Ribeiro. 2009. Disponível em: <http://www.fundar.org.br> visitada em: 11/06/2016

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação integral no Brasil. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Brasília, nº 106, vol. 47, p.246-253, 1967